

Uma análise do Plano Real por meio das charges na imprensa sindical ¹

Angélica Tamy NAKANE ²

Suellen do CARMO ³

Rozinaldo Antonio MIANI ⁴

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

Resumo

A implantação do Plano Real e seus desdobramentos na economia nacional revelaram os impactos da ofensiva neoliberal no Brasil impulsionada pelo governo FHC (1995-2002). O Plano Real seguiu as recomendações do capital especulativo internacional e promoveu significativas perdas para os trabalhadores brasileiros, especialmente, após a desvalorização da moeda (real) em 1999. Os principais fatos sociais e econômicos relacionados ao Plano Real foram tratados pela imprensa sindical que se utilizou de maneira recorrente das charges como estratégia comunicativa. Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo analisar algumas charges publicadas na imprensa sindical durante o governo FHC (1995-2002) referentes aos impactos e consequências da aplicação das medidas econômicas derivadas do Plano Real.

Palavras-chave: Plano Real; desvalorização do real; imprensa sindical; charges.

Introdução

A implantação do Plano Real no Brasil esteve relacionada a uma série de fatores nacionais e internacionais que criaram condições para sua aplicação no país. O referido plano beneficiou, principalmente, o capital financeiro internacional, enquanto a classe trabalhadora sofria com as consequências causadas pelas medidas econômicas tomadas pelo governo para consolidar o Plano Real.

De acordo com Luiz Filgueiras (2007), os fatores internacionais que influenciaram o desenvolvimento do Plano Real foram “a hegemonia da doutrina e das políticas liberais, a difusão do processo de reestruturação produtiva a partir dos países capitalistas centrais e a reafirmação do capitalismo - com uma nova configuração, isto é, enquanto um sistema de produção mundializado ou globalizado” (FILGUEIRAS, 2007, p.30).

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior - XII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação do Curso de Comunicação, habilitação Relações Públicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL), email: tamynakane@gmail.com

³ Estudante de Graduação do Curso de Comunicação, habilitação Relações Públicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL), email: su.carmo@hotmail.com.br

⁴ Orientador do trabalho. Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), email: mianirozinaldo@gmail.com

No âmbito nacional, os fatores que possibilitaram a implantação e consolidação do Plano Real no país foram a crise econômica que acometia o país devido às altas taxas de inflação que o país vinha enfrentando, a eleição de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989 e, posteriormente, de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, que assumiram o compromisso de adotar políticas econômicas de caráter neoliberal. Tanto o primeiro, quanto o segundo foram responsáveis por aplicarem políticas neoliberais no país. O governo FHC (1995-2002), mais especificamente, foi o responsável pela consolidação do neoliberalismo no país.

Dentre as principais políticas neoliberais que marcaram o seu governo, destacaram-se a estabilização da economia brasileira por meio da consolidação do Plano Real, que levou à privatização de empresas estatais, como por exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce; o corte de gastos e investimentos em áreas sociais; a abertura comercial e o consequente aumento da circulação de produtos importados no mercado nacional; o aumento da taxa de juros; corte no orçamento federal, entre outras políticas utilizadas para consolidar o Plano Real no país.

É importante ressaltar que o Plano Real foi criado no governo de Itamar Franco, em 1994. Na época, ainda como ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi um dos responsáveis por liderar a implantação do plano no país. Foi devido ao sucesso inicial do plano, que conteve a inflação e recebeu o apoio da mídia e da grande burguesia, que sua campanha presidencial foi um sucesso, culminando com sua vitória ainda no primeiro turno das eleições, em outubro de 1995, sendo possível, portanto, dar continuidade às políticas econômicas iniciadas com a implantação do Plano Real em julho de 1994.

O Plano Real foi um dos sete planos econômicos criados ao longo do período de redemocratização (pós-1985) com o objetivo de melhorar a situação econômica do Brasil, principalmente, de resolver a crise inflacionária que vinha assombrando o país desde a década de 1980. Este plano foi claramente baseado nas recomendações propostas no Consenso de Washington (1989) aos países da América Latina. A esse respeito, Filgueiras afirma:

[...] o Consenso de Washington tinha como agenda os seguintes pontos: “combate a inflação através de planos de estabilização alicerçados na valorização das moedas nacionais frente ao dólar na entrada de capitais especulativos; abertura da economia, com desregulamentação dos mercados de produtos e financeiro, e, adicionalmente, as chamadas reformas estruturais do Estado - com destaque para a privatização - e da

economia, com a quebra dos monopólios estatais” (FILGUEIRAS, 2007, p.58).

No Brasil, foram essas as políticas econômicas adotadas pelo governo a partir do Plano Real. A criação desse plano demonstrava o desprezo da equipe econômica responsável pela formulação do plano, liderados por FHC, aos interesses nacionais e da classe trabalhadora, pois a política econômica implantada com o início do Plano Real resultou numa subordinação do governo brasileiro frente aos capitais e às instituições internacionais e, alguns anos depois, a uma avalanche de desemprego. A política econômica adotada tinha características de uma economia contracionista, onde o consumo diminuiria, as empresas investiriam menos, o PIB e a inflação diminuiriam, gerando uma estagnação da economia nacional. Foi o que se percebeu no país ao longo do tempo de aplicação do plano.

Portanto, o Plano Real foi implantado porque naquele momento forças internacionais e nacionais se alinharam para aprofundar a força do capital no Brasil. No plano internacional, a queda da União Soviética possibilitou a ascensão dos EUA como potencial mundial com forte influência sobre os países emergentes, que, muitas vezes, aceitavam as imposições feitas por órgãos internacionais com forte influência dos Estados Unidos. No plano nacional, a burguesia, para defender seus interesses, se uniu e, com o apoio das mídias tradicionais, conseguiu colocar no poder o candidato comprometido com os seus próprios interesses.

Por sua vez, o movimento sindical tinha consciência de que a ascensão de FHC ao poder e a implantação do Plano Real trariam consequências negativas para a classe trabalhadora brasileira e fez repercutir essa posição em sua imprensa. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar algumas charges publicadas pela imprensa sindical referente aos desdobramentos da implantação do Plano Real na vida do trabalhador. Para tanto, faremos uma breve contextualização a respeito dos impactos do Plano Real na economia e na vida do trabalhador brasileiro. Em seguida, analisaremos algumas charges publicadas pela imprensa sindical, procurando revelar as marcas do projeto neoliberal do governo FHC e denunciar as consequências nefastas para o trabalhador brasileiro.

A política econômica seguida no Brasil a partir do Plano Real

Ao assumir o governo em janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso (FHC) tinha como objetivo dar continuidade à política de estabilização da economia nacional iniciada

ainda no governo de Itamar Franco com a implantação do Plano Real, idealizada por uma equipe de economistas liderados por FHC, quando este ainda era o ministro da Fazenda no governo Itamar.

Durante o primeiro mandato (1995-1998) de seu governo, ficou claro que esta política econômica iniciada com o Plano Real era frágil e dependente do capital especulativo internacional, muito volátil. No decorrer do primeiro mandato de FHC, a economia nacional teve de lidar com as consequências de três crises econômicas que ocorreram no exterior, no México, na Ásia e na Rússia, sendo que esta última aconteceu no final de seu mandato, em 1998, impactando, portanto o início de seu segundo mandato em 1999. Esse fato demonstra que a economia brasileira era profundamente afetada por fatores externos, ou seja, a partir da política econômica iniciada com o Plano Real, as crises econômicas de outros países passaram a ter um profundo reflexo na economia do país.

Após o início de seu primeiro mandato, a atividade econômica nacional passou por três fases. Num primeiro momento, foram aplicadas medidas que fizeram a economia retroceder e estagnar. Após esse período houve uma retomada do crescimento econômico e, por fim, novamente uma fase recessivo-estagnacionista. Segundo Filgueiras:

[...] o divisor de águas entre cada uma dessas fases foi, sempre, a mudança de rumo da política econômica, no sentido de elevar ou reduzir as taxas de juros, cortar ou preservar os gastos públicos, e dificultar ou facilitar as compras a prazo, desestimulando ou estimulando o consumo, a produção e a geração de emprego (FILGUEIRA, 2007, p.120).

A primeira fase de retrocesso-estagnação da economia teve relação direta com a crise econômica que ocorria no México desde 1994. Com a eclosão da crise mexicana, os capitais especulativos, temerosos, apressaram sua saída do mercado financeiro brasileiro, diminuindo as reservas internacionais do país, desequilibrando, assim, a balança de pagamentos, que dependia da entrada de capitais especulativos para manter o seu equilíbrio. Com a saída repentina dos capitais especulativos do país, ficou claro que o crescimento da economia baseada na abertura comercial e financeira não era sustentável em países periféricos, como o Brasil.

Com o intuito de atrair os capitais de curto prazo novamente para o país, o governo tomou uma série de medidas como, por exemplo, a decisão de aumentar as taxas de juros, o que causou uma queda no crescimento da economia nacional; retrocedeu na abertura comercial, aumentando os impostos para produtos importados; passou a incentivar a

exportação de produtos brasileiros; fez cortes no orçamento e incluiu a Companhia Vale do Rio Doce, uma das empresas estatais mais rentáveis, no programa de privatização. Todas essas medidas, além de outras, foram tomadas para melhorar a situação da balança de pagamentos, com o objetivo de sinalizar para o capital financeiro internacional que o Brasil era um país seguro para aplicarem o seu dinheiro. Isso demonstrava a total subordinação do governo brasileiro para com o capital especulativo internacional.

As medidas tomadas surtiram efeito, pois os capitais especulativos retomaram seus investimentos no mercado financeiro brasileiro. Porém, as medidas implantadas tiveram um alto custo para a classe trabalhadora, pois a solução encontrada pelo governo para atrair novamente o capital especulativo ao país fez com que a economia parasse de crescer, conseqüentemente, a indústria passou a produzir menos, portanto, contratar menos e demitir funcionários. Ou seja, houve um aumento no nível do desemprego no país.

Após esse período de recessão-estagnação da economia no primeiro ano de governo de FHC, os mercados internacionais voltaram a funcionar normalmente, a taxa de juros estava caindo aos poucos e, com isso, a economia passou a apresentar sinais de reação, demonstrando uma atividade econômica mais consistente no segundo trimestre de 1996. Porém, foi somente a partir do segundo semestre de 1996 que a economia brasileira reaqueceu, de fato. De acordo com Filgueiras (2007), isso ficou claro ao observar o desempenho da economia de São Paulo, um dos principais estados do país, que apresentou “crescimento das vendas no comércio, aumento na arrecadação do ICMS, elevação da produção industrial e, depois de 15 meses, a indústria voltou a contratar mais do que demitir”.

O ano de 1996 era ano de eleição para prefeitos e vereadores. O aquecimento da economia foi utilizado como estratégia de *marketing* pelo governo federal para colocar nos poderes municipais, aliados e políticos que apoiavam o projeto de governo idealizado por FHC. A vitória nas urnas desses aliados fortalecia o governo federal, criando melhores condições para este realizar reformas e privatizar empresas estatais com mais facilidade no congresso nacional.

Em sua propaganda, o governo afirmava que havia chegado o momento do país se desenvolver de forma autônoma, baseado na estabilização dos preços. Porém, os mais críticos tinham dificuldade em acreditar neste *slogan* do governo, isso porque a causa para a inflação do país estar em níveis baixos era devido à estagnação da economia associados a altos níveis de desemprego. Além disso, a partir do momento que a economia passou a

acelerar seu ritmo de crescimento houve novamente um desequilíbrio na balança comercial que terminou com um déficit de 5,5 bilhões de reais no segundo semestre de 1996.

Após esse período de crescimento que durou, aproximadamente, um ano, do segundo semestre de 1996 ao início do segundo semestre de 1997, se seguiu um novo período de recessão da economia brasileira, novamente, causado pela instabilidade do mercado financeiro internacional, mais especificamente, com a crise que abalou os chamados Tigres Asiáticos no ano de 1997. Como havia acontecido na crise do México, os capitais especulativos internacionais apressaram a sua saída do mercado financeiro brasileiro, acarretando em uma diminuição drástica das reservas internacionais do país. Como havia acontecido em 1995, decorrente da crise do México, o governo, com a intenção de atrair, novamente, os investidores para o mercado financeiro brasileiro, aumentou a taxa de juros em 43% e anunciou um pacote econômico, denominado “Medidas de Ajuste Fiscal e Competitividade”. Por ter em seu conteúdo 51 itens, esse pacote ficou conhecido popularmente como “Pacote 51”. De acordo com Luiz Filgueiras:

Entre as principais medidas anunciadas, destacavam-se, no âmbito das despesas, demissão de 33 mil funcionários públicos não estáveis da União, suspensão do reajuste salarial do funcionalismo público, redução em 15% dos gastos em atividades, corte de 6% no valor dos projetos de investimento - ambos para 1998. Do lado das receitas, sobressaíram-se o aumento das alíquotas do Imposto de Renda de Pessoa Física em 10% e a redução das deduções, a elevação das alíquotas incidentes sobre automóveis e a elevação dos preços dos derivados de petróleo e do álcool (FILGUEIRAS, 2007, p.137).

Com essas medidas ficava ainda mais evidente o descaso do governo para com a classe trabalhadora, e a sua subordinação frente aos capitais internacionais.

As medidas tomadas para minimizar os impactos da crise asiática no país surtiram efeito e passaram a atrair os capitais especulativos, aumentando assim as reservas do país. Porém, como consequência disso, a atividade econômica sofreu uma redução, O PIB do Brasil retrocedeu, houve um aumento no nível de desemprego, elevou-se a dívida interna e externa e acelerou-se o déficit público. Além disso, essas medidas implantadas com o “Pacote 51”, que tinham como objetivo melhorar a situação fiscal do país, não cumpriu com este objetivo, e, ainda em 1998, o Brasil foi novamente afetado por uma crise externa, dessa vez na Rússia.

Com a eclosão da crise da Rússia no segundo semestre de 1998, o governo, mais uma vez, tomou uma série de medidas para tentar amenizar os efeitos da crise no exterior

no país: aumento da taxa de juros, cortes nos gastos orçamentários do país e elevação de impostos. A esse respeito Filgueiras afirma:

Os objetivos dessa política foram os mesmos de sempre: de um lado, conseguir superávits primários nas contas públicas e, de outro, reduzir o nível de atividade econômica, buscando uma redução dos déficits na balança comercial, através da diminuição das importações e do incitamento as exportações. Tudo isso para tentar demonstrar ao capital financeiro internacional a capacidade do país para pagar as suas dívidas externa e interna (FILGUEIRAS, 2007, p.140).

O que se percebe é que, desde a implantação do Plano Real em 1994, ainda no governo Itamar Franco, a economia brasileira passou a ser profundamente afetada pelas crises financeiras estrangeiras, que determinavam quais as medidas econômicas deveriam ser adotadas para que o Plano Real se sustentasse. O problema é que para que o Plano Real tivesse sucesso o governo comprometeu a soberania nacional, privatizando empresas estatais e agindo de acordo com os interesses dos capitais internacionais. Além disso, a população brasileira, principalmente a classe trabalhadora, foi profundamente afetada com essa nova agenda econômica do governo FHC. As medidas econômicas implantadas, como por exemplo, os aumentos nas taxas de juros, fizeram com que a população reduzisse o consumo o que prejudicava a indústria e comércio nacional. O incentivo às importações no início de seu governo enfraqueceu a indústria nacional, e, de acordo com Armando Boito Jr. (1999) devido à abertura comercial, a indústria nacional deixou de criar 390 mil novos empregos. As privatizações de empresas estatais deixaram o governo sem mecanismos próprios para estimular a economia em épocas de crise. Os cortes nos orçamentos federais provinham da diminuição de investimentos em áreas sociais, o que acarretava em um serviço mais precário oferecido à população. Todas essas medidas, além de outras, contribuíram, de alguma forma, para aumentar o nível de desemprego no país.

Causas e consequências da desvalorização do real de 1999

Desde o início, o Plano Real apresentava como objetivo estabilizar a economia e promover o controle da inflação, dentre outras formas, por meio de uma política monetária e cambial. No entanto, à medida que o plano era colocado em cheque, a moeda sofria alguns abalos até que começou a entrar em declínio em 1999. O processo que levou à queda do valor real da moeda do Brasil (o real) está relacionado a uma série de fatores e,

contraditoriamente, ao próprio processo de combate à inflação, na medida em que as políticas pensadas para o controle inflacionário acabaram gerando problemas econômicos incontroláveis que aceleraram os níveis de inflação e de desvalorização da moeda.

Primeiramente, é de suma importância que se compreenda a conjuntura internacional, para entender como se deu o processo de desvalorização do real. O cenário internacional era permeado pelo avanço da globalização, juntamente com a avalanche da nova fase do capitalismo, conhecida como neoliberalismo, que fazia com que muitos países realizassem a transição para um novo modelo econômico, culminando em crises, como era o caso da Rússia, que teve sua moeda desvalorizada durante o processo de transição da economia planificada para a economia de mercado.

Antonio Correa Lacerda, comentando sobre a crise que afetava os tigres asiáticos, já alertava que “No campo internacional, o profundo ajuste por que passam os países asiáticos vai afetar o desempenho econômico não só da região. Todos os países que exportam para esses mercados devem se preparar para uma potencial redução de encomendas. (LACERDA, 2001, p.58).

Como previsto por Lacerda, o contexto conflituoso em que se encontravam muitos países estava relacionado diretamente com o Brasil, afinal, o país passava por transições e transformações, e desse modo, necessitava de investimentos e até financiamentos estrangeiros; no entanto, com as crises econômicas internacionais, os investimentos se tornavam cada vez mais escassos, prejudicando altamente a economia brasileira.

É importante ressaltar que o Brasil não apenas deixou de receber investimentos estrangeiros, como também perdeu grande parte do capital financeiro que estava sendo investido no país. Os governos estavam com receio de confiar seus recursos em bancos de países emergentes, como era o caso do Brasil, e a prioridade de investimentos passou a ser em países que tinham como moeda o dólar ou o euro, como ressaltou Lacerda: “Para complicar ainda mais o quadro, houve a crise asiática e a crise russa, que tornou os investidores mais arredios em relação aos chamados países emergentes, grupo no qual o Brasil se inclui” (LACERDA, 2001, p.98).

O processo de estabilização da economia necessitava de recursos que pudessem sustentá-lo, porém, sem possibilidade de investimentos do capital estrangeiro, a desvalorização da moeda era inevitável. Outro fator que contribuiu para a desvalorização do real foi a condição do governo de ter promovido um processo de abertura econômica tão grande que as empresas não geravam lucros para o país, pois não conseguiam concorrer

com as empresas fornecedoras de produtos estrangeiros, que vendiam produtos com menor valor, promovendo um enfraquecimento da indústria nacional.

Essa situação levou a um dos principais problemas do governo de FHC durante o seu segundo mandato (1999-2002), o desemprego, pois à medida que as empresas buscavam se modernizar para concorrerem com as indústrias estrangeiras, os trabalhadores eram automaticamente substituídos por máquinas. Daí, os motivos das elevadas taxas de desemprego do período. Como afirmam Altamiro Borges e Márcio Pochmann (2002), em grande medida, o governo FHC manteve expressivo o desemprego, garantindo que a condução errática do Plano Real permitisse a insegurança social, marcada pela quantidade expressiva de desempregos.

As medidas utilizadas para controlar a inflação foram também o desestímulo ao consumo interno, o que produzia ainda mais desempregos e promovia o endividamento privado. Sendo assim, não restou alternativa ao governo FHC, que desvalorizou a moeda. No dia 13 de janeiro de 1999, Gustavo Franco, então presidente do Banco Central, se demitiu e seu sucessor, Francisco Lopes, anunciou a criação de uma nova modalidade de controle cambial, denominada "banda diagonal endógena". Como o Banco Central estava com as reservas cambiais baixas, não houve possibilidade de conseguir manter o dólar no limite da banda, que era R\$ 1,32, e foi obrigado a permitir a flutuação do câmbio. Desse modo, o real desvalorizou-se rapidamente, chegando a um pico de R\$ 2,16 em março de 1999.

De acordo com Lacerda, a desvalorização do real teve duas consequências graves: uma em relação à dívida pública brasileira e a outra em relação à dívida externa:

O custo da desvalorização cambial refletido no aumento da dívida pública brasileira saltasse para R\$ 103 bilhões, o que fez com que a dívida pública brasileira saltasse para R\$ 500 bilhões, ou 50% do PIB (Produto Interno Bruto). Esse pode ter sido o custo da desvalorização cambial para o passivo brasileiro indexado ao dólar, mas há ainda outros custos implícitos. [...] Um segundo impacto da desvalorização é direto sobre a dívida pública externa, que em reais aumenta na mesma proporção da correção cambial. O terceiro efeito é sobre os juros. Para evitar a desorganização da economia, o governo aumenta ainda mais os juros que acabam também impactando o custo de rolagem da dívida pública, aliás, na sua maioria constituída de títulos pós-fixados (LACERDA, 2001, p.103).

A partir de então, o presidente necessitou de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), aumentou os juros, apostou ainda mais nas privatizações e também

elevou os impostos no país, como tentativa desesperada de controlar a situação econômica do Brasil, que ia de mal a pior. E como sentenciado por James Petras e Henry Veltmeyer, “[...] do ponto de vista do desenvolvimento econômico nacional, há pouquíssima dúvida de que FHC seja o pior presidente brasileiro do século XX” (PETRAS; VELTMEYER, 2001, p.14).

Como constatado anteriormente, o aumento dos impostos promovido pela política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, que tinha como objetivo quitar a dívida pública, foi mais uma das consequências da desvalorização do real. A esse respeito, de acordo com Filgueiras,

A carga tributária cresceu, sistematicamente, a partir do segundo Governo FHC (1999-2002), passando de 25% para 37%, como contra face necessária da política fiscal adotada após a crise cambial de janeiro de 1999, de obtenção de elevados superávits fiscal primário para o pagamento da dívida pública. Do total da arrecadação, 27% do seu valor vêm dos salários, 49% do consumo e apenas 16% dos rendimentos do capital e outras rendas e 3% de impostos sobre a propriedade e herança (FILGUEIRAS, 2006, p.188).

O processo de desvalorização da moeda, para além das consequências econômicas como o aumento da inflação, redução do déficit da balança comercial, redução do consumo interno, desvalorização da indústria nacional e baixo desenvolvimento econômico, resultou num abandono ainda maior das políticas públicas e dos investimentos em bem estar social. O desemprego disparou, os salários foram arrojados, a flexibilização do trabalho se tornou uma prática comum, a corrupção política desviou verbas significativas da saúde, educação, transporte, entre outros, contribuindo para que as desigualdades sociais se aprofundassem.

Como consequência de tudo isso, uma crise política se estabeleceu no governo FHC. Após um primeiro mandato acumulando os bônus de uma política econômica que garantiu certa estabilidade e que consolidou uma moeda forte, o segundo mandato explicitou as fragilidades de uma política econômica subordinada aos interesses do capitalismo internacional e que, na prática, ocupava um lugar secundário na ordem da mundialização do capital. A imagem produzida pela grande imprensa e a popularidade atribuída ao presidente desmoronaram em razão de uma situação econômica precária, agravada pela desvalorização do real e suas consequências.

Uma retratação do Plano Real por meio das charges na imprensa sindical

Desde a implantação do Plano Real, ainda em 1994, no governo de Itamar Franco, a imprensa sindical já denunciava a forma como a política econômica adotada a partir do anúncio do Plano Real iria afetar negativamente a vida do trabalhador, pois se tratava de um plano econômico criado para aprofundar a ofensiva neoliberal no país.

No contexto da imprensa sindical, iremos analisar algumas charges que criticavam de alguma forma o Plano Real e as medidas adotadas para sustentá-lo diante das diversas crises que colocou em cheque a credibilidade que ele havia conquistado logo após a sua implantação.

A primeira charge a ser analisada foi publicada em fevereiro de 1995 no *Jornal da CUT São Paulo* (figura 1) ocupando a primeira página do jornal. A charge foi desenhada pelo chargista Hércules.

FIGURA 1



Fonte: Jornal da CUT São Paulo, edição n.154 - Fevereiro de 1995

Na imagem FHC aparece dizendo que quem afirmasse que o Brasil seria afetado pela crise do México era demagogo. Além disso, ao lado de seu rosto há uma frase: “*Delirium tremens. Pós tequila*”. Analisando a charge e o contexto em que ela foi publicada, pode-se associar a imagem com os conteúdos das matérias que foram publicadas no jornal, que explicavam que a crise do México afetaria, sim, a economia brasileira. Prova disso foram as medidas que o governo tomou com o intuito de atrair os capitais especulativos que, com receio de ocorrer no Brasil uma crise semelhante à do México,

principalmente, pelo cenário econômico parecido, apressaram a saída de seus investimentos no país.

Ao analisar a charge, o que se percebe é que ao dizer que o Brasil não seria afetado pela crise mexicana ele estava tendo um “delírio”, causado pelo “efeito Tequila” que atingiu os países da América Latina. Ou seja, ao contrário do que afirmava FHC, a crise na economia mexicana teve reflexos no Brasil, pois o governo teve de aumentar os juros, frear as importações, incentivar as exportações e colocar no programa de privatização a Companhia Vale do Rio Doce, tudo para sinalizar ao capital especulativo internacional que o mercado financeiro brasileiro era seguro.

A próxima imagem a ser analisada foi publicada na *Folha dos Bancários* (figura 2), referentes aos dias 11 e 12 de novembro de 1997. Foi desenhada por Márcio Baraldi.

FIGURA 2



Fonte: Folha dos Bancários - 11-12 de Novembro de 1997

Na charge aparece o trabalhador tomando conhecimento a respeito do aumento da taxa de juros provocada pelo governo, como uma das medidas para sustentar a política cambial que estava ameaçada com a eclosão da crise dos Tigres Asiáticos. Mais uma vez, para proteger as políticas econômicas implantadas pelo Plano Real, o governo brasileiro aumentou as taxas de juros e anunciou um pacote econômico com 51 medidas para voltar a atrair o capital especulativo internacional, que havia apressado sua saída com a crise dos Tigres Asiáticos. Na imagem o trabalhador se pergunta: “O que pode ser pior que o aumento dos juros?”; logo em seguida, como resposta, ele é esmagado por um pacote.

Juntamente com a charge, foi publicada uma matéria demonstrando como a crise internacional fez com que o governo aumentasse a taxa de juros, atraindo, assim, os capitais especulativos, que passariam a ganhar quase o dobro com o aumento dos juros. Além disso, a matéria coloca como o trabalhador e as contas públicas serão prejudicados por aquela medida do governo. Outro ponto importante citado na matéria é o pacote de “Medidas de Ajuste Fiscal e Competitividade”, conhecido, também, como “pacote 51”, que teve como objetivo diminuir as despesas do governo federal e aumentar suas receitas para cobrir o rombo de 20 bilhões por ano nas contas públicas, causadas pelo aumento de juros. Esse pacote de medidas econômicas afetava, principalmente, o funcionalismo público, que teve seu reajuste salarial suspenso, além da demissão de 33 mil funcionários públicos.

Portanto, o que se pode concluir com a charge é que quem pagaria a conta pelo aumento de juros e pelo pacote de medidas econômicas anunciado no dia 10 de novembro de 1997 seria o trabalhador, “esmagado” pelas ações do governo com o intuito de atrair o capital especulativo internacional. Essas atitudes demonstram, claramente, que o governo FHC foi muito generoso com o capital, concedendo-lhe diversos benefícios, sendo um subordinado exemplar, atendendo suas demandas e comprometendo a soberania nacional. Porém, para a população brasileira mais carente, principalmente, para a classe trabalhadora, o governo FHC e sua ofensiva neoliberal causaram diversos prejuízos, como o desemprego e o corte de investimentos em diversas áreas sociais.

A charge denominada “Biologia moderna: a cadeia alimentar do plano real” (figura 3) apresenta o monstro do desemprego em vias de devorar um trabalhador que, por sua vez, também está em vias de se alimentar de um frango. O frango foi um dos símbolos do Plano Real. Com um real o consumidor brasileiro podia comprar um quilo de frango. Com isso, o consumo anual da carne de frango subiu 40% de 1994 para 1997, segundo o Ministério da Fazenda.

Analisando a charge, o que se observa é que, no início do Plano Real, e com o consequente controle da inflação, o indivíduo podia se alimentar bem, representado pela possibilidade de consumo da carne de frango, devido ao seu valor bastante acessível. Porém, com as crises enfrentadas pelo governo FHC e, principalmente, com a desvalorização do real, essa realidade se alterou e tudo o que havia sido conquistado passou a ficar ameaçado pelo monstro da inflação. Trata-se de uma charge que apresenta uma síntese do processo social e econômico do Plano Real.

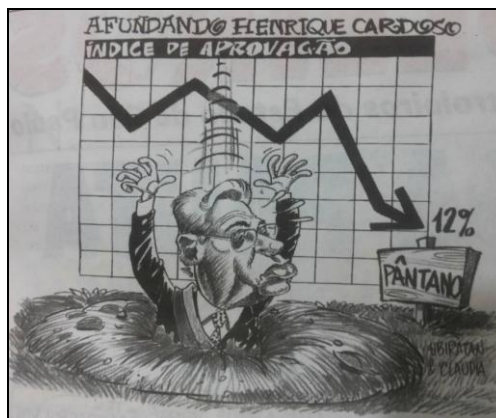
FIGURA 3



Fonte: Cidadania: eu quero uma pra viver - Outubro de 2001

Na última charge que apresentamos para esta análise lemos no título: “Afundando Fernando Cardoso - índice de aprovação”. A charge foi publicada no *Jornal dos Petroleiros* (figura 4) e vemos FHC literalmente enterrado na lama - identificada pela placa onde se lê “pântano”. A imagem de fundo apresenta um gráfico que mostra o despencar do índice de aprovação de seu governo, que atinge parcos 12%.

FIGURA 4



Fonte: Jornal dos Petroleiros - 1999

O ano de 1999 foi um momento de crise no país; o governo que havia se promovido com um discurso de estabilidade a partir do Plano Real não conseguia mais solucionar os problemas econômicos, como os aumentos da inflação, dos juros, dos impostos, da dívida interna e externa e também os problemas no âmbito social, principalmente, como decorrência da desvalorização do real, Com isso, a sua popularidade foi caindo e chegou a um dos menores índices já registrados para um presidente no Brasil.

Considerações Finais

A vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições de outubro de 1994 representou o aprofundamento do projeto neoliberal no país, consolidado dentre outras coisas, a partir da intensificação do Plano Real. O Plano Real foi sustentado nas recomendações do Consenso de Washington, valorizando os interesses do capital especulativo internacional e comprometendo a soberania nacional.

Para viabilizar o sucesso do Plano Real, o governo adotou diversas medidas que aprofundaram o comprometimento do país para com o capital internacional. Em 1999, agravado por crises internacionais, o Brasil enfrentou um crise que resultou na desvalorização do real. Com o objetivo de conter a inflação, foram tomadas medidas voltadas para o desestímulo ao consumo que geraram outros problemas econômicos, tais como o agravamento do desemprego e o endividamento privado.

Todos esses episódios foram retratados pela imprensa sindical, dentre outras estratégias comunicativas, por meios de charges. Procuramos apresentar um pequeno retrato dessa realidade que teve na charge um recurso efetivo para denunciar as medidas econômicas relacionadas ao Plano Real, bem como seus desdobramentos, que prejudicaram diretamente o trabalhador brasileiro e o desenvolvimento do país.

Referências

BORGES, Altamiro; POCHMANN, Márcio. **“Era FHC”**: a regressão do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Agosto 2006.

LACERDA, Antônio Corrêa. **O Brasil na contramão**: reflexões sobre o Plano Real, política e globalização. São Paulo: Saraiva, 2001.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990**: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Brasil de Cardoso**: a desapropriação do país. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.